BOLETIM #1

REGIMENTO
II CONFERÊNCIA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Convocação e objetivos

1. A II Conferência Nacional do Bloco de Esquerda (Conferência) convocada pela Mesa Nacional de 30 de novembro, nos termos previstos no art.º 18.º dos Estatutos, tem lugar nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2014, no Auditório da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sob responsabilidade organizativa da Comissão Política e com o lema "Bloco mais forte - rejeitar a austeridade, defender o trabalho, o estado social e a democracia na Europa".

2. A Conferência reúne com o objetivo de promover o debate e de elaborar recomendações à Mesa Nacional (MN) sobre duas temáticas exclusivas: i) Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais; ii) Manifesto BE para eleições europeias.

FASE PREPARATÓRIA

3. Para debate dos temas da Conferência, as/os aderentes podem apresentar projetos de recomendação para a MN e propostas de alteração a esses textos.

4. Todas as propostas serão publicadas no Boletim da Conferência (BC) que terá 5 edições semanais, a partir do dia 15 de janeiro e até dia 12 de fevereiro, distribuídas por via eletrónica em formato pdf.

5. Os projetos de recomendação são publicados na edição n.º 3 do BC (29 de janeiro) e devem chegar ao Secretariado até dia 28.

6. O BC publicará artigos de opinião de aderentes, com o máximo de 3 mil caracteres (incluindo espaços) e enviados em formato eletrónico para o email: conferencia@bloco.org.

COMPOSIÇÃO

7. A Conferência é constituída pelas/os as/os aderentes no pleno exercício dos seus direitos estatutários, considerando-se para esse efeito o pagamento da quota anual de 2013 ou de 2014, credenciados como conferencistas na respetiva mesa de registo de presenças no local da Conferência.

8. Não existem conferencistas por inerência.

9. Para além das/os conferencistas, podem assistir aos trabalhos na qualidade de convidados/as os restantes aderentes do Bloco de Esquerda, as cidadãs e os cidadãos convidados pelos órgãos do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

10. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela Comissão Política.

11. Compete à Mesa da Conferência decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.

12. A Conferência inicia-se com a credenciação das/os conferencistas a partir das 10h00m de sábado e a eleição da Mesa da Conferência.

13. Os trabalhos da Conferência são dirigidos pela Mesa, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove conferencistas. Compete-lhe, em particular, assegurar – no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento – o bom andamento dos trabalhos, o carácter democrático dos debates e das votações.

14. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com os temas indicada pela Mesa Nacional.

15. É da exclusiva responsabilidade da Mesa o anúncio das votações.

16. Compete à Mesa a elaboração da ata da Conferência.

SERVIÇO DE APOIO

17. O Secretariado Nacional assegura os meios necessários ao serviço de apoio e aos contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Conferência.

PROPOSTAS E DEBATES

18. Para serem debatidas e votadas na Conferência, as propostas de recomendação e as propostas de alteração têm de ser subscritas por 20 e 10 conferencistas, respetivamente, e entregues na Mesa até ao início do correspondente ponto da ordem de trabalhos.

19. Cada proposta de recomendação será apresentada por um/a conferencista.

20. As/os conferencistas podem tomar a palavra nos debates, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

21. As/os conferencistas só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa:

a) Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Conferência;

b) Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Conferência;

c) Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Conferência.

22. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

VOTAÇÕES

23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de conferencista.

24. As votações das propostas de recomendação e de alteração decorrem no final dos respectivos pontos da ordem de trabalhos.

25. As propostas de recomendação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração ao texto de recomendação que obteve maioria de votos na generalidade.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

Ordem de Trabalhos

1. Início dos trabalhos e eleição da Mesa da Conferência

2. Alocução de abertura da Conferência

3. Recomendações sobre trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

4. Recomendações sobre Manifesto BE para eleições europeias

5. Sessão de Encerramento

Um partido de massas

GUIÃO PARA DEBATE PREPARATÓRIO DO ENCONTRO NACIONAL SOBRE ORGANIZAÇÃO DE BASE, INTERVENÇÃO POLÍTICA E TRABALHO DE DIREÇÃO | 15 FEV 2014

1. A partir do reconhecimento de que faltam no Bloco "processos de participação que se acrescentem às assembleias de debate e aos organismos eleitos", a VIII Convenção definiu como prioridades de organização "a criação de formas ativas de participação na decisão e de caminhos para o ativismo em coletivo e o alargamento da rede de comunicação de ideias", através da realização mais regular de plenários distritais e concelhios mas, também, da formação de:

- coletivos de iniciativa que se reúnam por temas ou por acontecimentos, para criar capacidade militante.

- coletivos sectoriais para juntar forças, estimular a criação de alternativas de esquerda ou apoiar o trabalho de eleitos ou ativistas nos movimentos sociais, nas autarquias, empresas e setores profissionais.

Da moção aprovada consta ainda que "o partido deve estimular os coletivos existentes e dinamizar a atividade regular que melhore a disputa de influência social" e a possibilidade de realizar "assembleias distritais no modelo de convenção, com debate político e votação de moções de orientação". O objetivo é claro: "criar o espaço para garantir que a base de um partido de massas seja constituída por muitos ativistas organizados em permanência e em rede".

2. O debate realizado após as eleições autárquicas de setembro, no que respeita ao estado da organização do Bloco e à sua capacidade de intervenção política, evidenciou o atraso da concretização daquelas orientações aprovadas pela Convenção.

Neste contexto, a reunião de outubro da MN decidiu abrir um processo de reflexão e decisão sobre "as mudanças necessárias na estrutura organizativa do Bloco e na articulação da direção com as estruturas locais do Bloco, tendo por objetivo dinamizar e aumentar o apoio à intervenção local dos ativistas do Bloco e a sua participação na vida do partido, e alargar territorialmente a base local do Bloco", na sequência do qual se realizará um encontro nacional sobre trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais.

A Mesa Nacional propõe que esse encontro nacional – a realizar no próximo mês de Fevereiro – discuta, entre outros, os problemas e as respostas incluídos neste guião. No seu conjunto, constituem orientações para a direção do Bloco estimular a autonomia e dinamizar a atividade das organizações de base, sejam as existentes, sejam as que seja necessário constituir.

3. Participação e organizações de base

A organização do Bloco tem como primeira finalidade reunir e mobilizar os aderentes para a intervenção política a partir de ativismos, militâncias, interesses e disponibilidades muito diferentes e, também, em contextos locais muito variados. Não organizamos para termos um organigrama perfeito mas sim para que a organização permita respostas sociais e políticas que o Bloco deve protagonizar ou animar.

A vida política no Bloco deve intensificar-se e assegurar os espaços elementares da democracia e da participação interna. *As organizações do Bloco devem realizar plenários de dois em dois meses e devem discutir a constituição de coletivos de aderentes,* permanentes ou não, em função da atividade que realizam e da resposta social que o Bloco quer dinamizar (autarquias, empresas, organizações ou movimentos sociais, setores profissionais, intervenção na juventude, tarefas internas, formação ideológica).

No contexto atual e de acordo com as condições locais, deve ser valorizada a organização e intervenção junto dos eleitos autárquicos, das principais empresas, dos jovens e estudantes, dos reformados e dos trabalhadores precários.

4. Direção

A Comissão Política deve assegurar de forma regular e contínua o acompanhamento político das organizações do Bloco em todos os distritos, devendo os membros da CP participar periodicamente quer nos plenários quer nas reuniões dos órgãos de direção das estruturas locais.

A Comissão Política estabelecerá um grupo de trabalho no seu seio para acompanhar a atividade quotidiano das organizações distritais e regionais, respondendo em permanência sobre temas pertinentes neste âmbito (informação e articulação política, propaganda, iniciativas, campanhas, deslocações de dirigentes nacionais, etc), sem prejuízo de alguns distritos serem acompanhados por membros da CP como já se verifica atualmente. Caberá ainda a este grupo de trabalho encontrar formas de preparação e edição de materiais de campanha adaptados à realidade local, com conteúdos específicos, etc.

As Coordenadoras Nacionais (trabalho, estudantes, autarquias) devem reforçar a sua articulação com as organizações locais, contribuindo para dinamizar os núcleos existentes ou a criar.

Em diversos movimentos sociais e frentes de luta (reformados, precários, professores, lgbt, género), o Bloco tem presentes aderentes. Porém, verifica-se que, no

Bloco, está ainda ausente ou é muito escassa a reflexão e discussão coletiva sobre essa experiência. Isto é verdade em quase todos os setores, se exceptuarmos os do trabalho/sindical e estudantil. *O Bloco deve voltar a promover formas de encontro e debate em áreas e setores de movimento social onde não o tem feito (mulheres e LGBT, por ex) e a Comissão Política e Mesa Nacional devem responsabilizar por estas tarefas dirigentes e ativistas com experiência e vontade para as concretizar*.

A atividade das Coordenadoras distritais tem refletido a necessidade do reforço do apoio da direção a diversos distritos com profundas debilidades políticas e organizativas. Em alguns desses distritos, onde as dificuldades são mais graves, a Comissão Política deverá, com as estruturas e assembleias plenárias distritais, aprovar planos de implantação distrital, identificando recursos, meios, metas e objetivos para cada um dos casos. Nestes distritos, *as coordenadoras distritais podem dar lugar a secretariados interconcelhios que assegurem a execução dos planos de implantação e a articulação de trabalho entre as concelhias que existirem. Os seus membros são indicados pelas concelhias*. Estas situações deverão ser objecto de debate nas respetivas assembleias distritais.

As coordenadoras distritais, nomeadamente nas regiões de maior implantação do Bloco, devem avaliar o seu funcionamento e discutir outros modelos de funcionamento da coordenadora que não apenas a habitual reunião plenária, nomeadamente, agregando concelhos por critérios de proximidade, implantação ou outros (urbanos, rurais), criando secretariados interconcelhios no âmbito da coordenadora.

A rede de funcionários dedicados ao apoio à intervenção local do Bloco reflete as restrições que atingiram toda a estrutura profissional do partido. A atual distribuição de funcionários não satisfaz todas as necessidades, sobretudo no interior mas também nas organizações com maiores exigências políticas. Neste quadro, é de valorizar sempre mais o perfil e a capacidade política na seleção dos funcionários, e reavaliar as prioridades na sua distribuição.

Os funcionários do Bloco devem estar integrados numa organização, sem prejuízo da sua participação na atividade de outras organizações e dos respetivos órgãos, em função do trabalho que desempenham. Regularmente, *a direção do Bloco deve promover reuniões com todos os funcionários com trabalho junto das organizações locais, para debate político, formação e aferição das metas e objetivos de ação e consolidação do Bloco*.

5. O trabalho de formação política e ideológica

O Bloco de Esquerda promove já espaços de formação com regularidade anual e com ampla participação: Socialismo, Inconformação, Acampamento de Jovens. Para além disso, tem tido iniciativas descentralizadas através da Cultra (Pensar os pensadores do Socialismo, Conversas do Senso Comum) e pela iniciativa de alguns concelhos e distritos (debates em torno do documentário Donos de Portugal, por exemplo). Estas iniciativas devem continuar e ser aprofundadas.

Para além destas iniciativas, é necessário implementar espaços de formação que respondam a necessidades de intervenção concreta a nível autárquico, laboral e estudantil. No segundo semestre de 2014, o Bloco de Esquerda deve realizar três encontros regionais (Norte, Centro e Sul) com esta finalidade.

6. O aumento do número de aderentes é um objetivo imediato, que deve ser conseguido, antes de mais, a partir do trabalho político realizado nas últimas autárquicas. Durante aquela campanha, contactámos e envolvemos na atividade centenas de pessoas sem filiação que constituem hoje uma grande reserva para o crescimento do Bloco. *É sobre essas pessoas que deve incidir desde já a campanha de recrutamento já decidida pela Mesa Nacional. Para essa campanha serão criados instrumentos próprios*.

7. O papel dos Grupos de Trabalho Permanentes sobre políticas setoriais aprovados na última Mesa Nacional (economia e finanças, agricultura e desenvolvimento rural, educação e cultura, saúde, ambiente): alargar a participação de aderentes na definição das políticas defendidas pelo Bloco e na preparação de iniciativas políticas e legislativas, fazer o levantamento dos aderentes ligados a essas áreas, articular com distritais. *Estes grupos de trabalho são coordenados por um membro da CP e integram, para além de outros membros da Mesa Nacional e aderentes, os deputados com intervenção nessa área*.

8. Um trabalho sistemático na juventude implica, antes de mais, vontade e empenho político de todos os dirigentes do Bloco. Se é certo que, fora do setor estudantil, temos tido dificuldades em alargar a nossa implantação, é também certo que algumas iniciativas realizadas por algumas estruturas locais ou pelo setor estudantil demonstram que é possível aproximar jovens e criar formas de participação que desenvolvam o seu ativismo no Bloco. A intervenção do setor estudantil não pode esgotar a iniciativa juvenil do Bloco.

A Comissão Política deve conceber e articular, em diálogo com os jovens militantes do Bloco e com as estruturas regionais e locais, um calendário de agitação e presença que nos permitam melhorar a nossa influência na juventude.

Desobedecer à Europa da Troika

LINHAS DE FORÇA PARA A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DO BLOCO DE ESQUERDA ÀS ELEIÇÕES EUROPEIAS

Vivemos uma crise sem fim à vista. Essa crise tem dois fatores determinantes.

Em primeiro lugar, a poucos meses do final do primeiro programa de ajustamento (2011-2014), é evidente que a política de austeridade é incapaz de resolver a recessão e recuperar a economia e o emprego, como também que este programa tem sido o instrumento para a destruição dos direitos do trabalho. Estamos agora pior do que estávamos no início do programa da troika, assinado por PS, PSD e CDS. A devastação provocada pela crise reforça sintomas de degradação democrática e subversão do próprio regime constitucional: sob a troika, todos os Orçamentos de Estado têm sido inconstitucionais.

A Europa social traída pela União Europeia.

Em segundo lugar, a União Europeia foi prometida como uma convergência económica que aprofundasse o chamado Estado social, a proteção e segurança social e serviços públicos universais que o país construiu. Mas as suas instituições, regras e poderes promovem o absoluto contrário dessa promessa.

A Comissão Europeia, com os governos através do Conselho Europeu, impõe agora a Estados soberanos um caminho de empobrecimento, compressão dos direitos sociais e destruição do emprego. A política de austeridade está a destruir a Europa e Portugal faz parte do grupo de países que sofre as suas piores consequências.

A Europa dos povos deve derrubar esta União Europeia.

Os tratados que foram constituindo esta União - o Tratado de Lisboa e o Tratado Orçamental, incluindo a arquitetura da moeda única - garantem o predomínio de um diretório ao serviço do governo alemão e dos interesses da finança e são forças de bloqueio contra qualquer forma de defesa dos povos. Esta estrutura configurada pelo Tratado de Maastricht é irreformável e a esquerda europeia só pode juntar forças para a enfrentar, porque a quer vencer. A urgência é deixar o povo votar em referendo o programa da troika, cuja síntese está no Tratado Orçamental.

A ruptura com a União Europeia da austeridade exige a construção de um amplo movimento popular à escala nacional e europeia. A ascensão do Nacionalismo e da extrema direita mostra que só a solidariedade internacional dos povos pode mudar a relação de forças à esquerda.

À Europa da finança e do diretório respondemos com a exigência da Europa dos povos e da democracia, uma Europa que hoje deposita as suas suas esperanças numa ampla aliança das mobilizações da chamada "periferia" do sul europeu - Grécia, Itália, Estado espanhol e Portugal.

Defender o povo português.

Este é, por isso, um tempo de urgência e responsabilidade para defender o povo dos ataques da Comissão Europeia e dos Tratados que obrigam à austeridade perpétua.

Sem alternativas que rompam com a austeridade, o pós-troika será apenas mais troika, seja como segundo resgate, programa cautelar ou regresso aos mercados. Em absoluta convergência, o Partido Socialista e o governo PSD/CDS recusam a renegociação dos montantes da dívida e querem aplicar o Tratado Orçamental. Isso significa destruir o Estado Social e negar qualquer instrumento de saída da crise.

A defesa dos trabalhadores e pensionistas exige uma batalha europeia contra os poderes que têm vindo a destruir o Estado Social, que sustentam o governo da austeridade, que protegem as vantagens rentistas, que buscam a privatização da educação, da saúde e da segurança social, que impõem leis laborais para multiplicar a exploração do trabalho.

Assumir as alternativas.

Definir alternativas na Europa exige hoje uma reflexão e mobilização para oito políticas essenciais que resgatem a democracia e libertem o país da chantagem do diretório europeu:

Recusa da ditadura da dívida, com a imposição da sua reestruturação e da eliminação do seu peso sobre a economia; na falta dessa renegociação, o Estado português deve impor uma moratória unilateral sobre a dívida detida pelo capital financeiro, preparando o país para todas as consequências deste caminho;

Ativação de políticas económicas contra-cíclicas, de crescimento e emprego, combatendo as assimetrias e penalizando os excedentes sistémicos dentro da zona euro, rejeitando o Tratado Orçamental e a imposição de mais sacrifícios em nome do euro;

Políticas fiscais ativas, taxando o capital, o património de luxo e a especulação bolsista e imobiliária;

Devolução dos salários e pensões e rejeição da austeridade;

Proteção dos bens públicos, anulação da privatização dos serviços essenciais e adoção de políticas determinadas de recuperação do comando da economia, nacionalizando a finança e a energia;

Fim da perseguição aos cidadãos pelo *Big Brother* das escutas dos serviços secretos e da NATO, da criminalização da opinião pública e da repressão contra os movimentos sociais;

Abertura à imigração e respeito dos imigrantes,

Rejeição do Tratado de cooperação transatlântica com os Estados Unidos, protegendo o direito nacional a impor normas ambientais e sociais no controlo da atividade económica.

As eleições europeias são para romper com a austeridade.

Esta batalha europeia precisa de força. Tem, pela sua frente, inimigos poderosos: Partido Popular Europeu, Partido Socialista Europeu, Conservadores, Liberais e Verdes Europeus aprovaram os tratados que esmagam o país. Agora, todos eles se apresentam a eleições pedindo uma solução federalista, ou seja, o reforço das políticas da austeridade exercida agora por um governo europeu e um Estado europeu que subordine Portugal e outros povos e Estados. Não discutem soluções para Portugal e para os trabalhadores, antes exigem mais poder para o *diktat* de Angela Merkel na Europa, alegando que isso melhoraria a austeridade. Essa proposta serve apenas a finança e a sua liderança, Merkel. Não há réstia de democracia nesta resposta, apenas ameaça contra os povos.

As linhas de força enunciadas neste documento são o ponto de partida para a construção do compromisso do Bloco de Esquerda nas eleições europeias de Maio próximo. Apresentamo-las com clareza: no debate sobre as alternativas é necessário muito esforço para propostas mobilizadoras e respostas concretas, não há lugar a ambiguidades.